

## ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO ALIANÇA PREV NO EXERCÍCIO DE 2024.

Sexta reunião do Conselho Deliberativo, nomeado através da Portaria nº 063/2024, datada de dois de janeiro (02/01), realizada no dia vinte e sete (27) de junho de dois mil e vinte e quatro (2024), conforme data sugerida na última reunião, posterior à data aprovada pelos membros do Conselho anterior e ratificado por este novo Conselho na sua primeira reunião anual que seria vinte e nove de maio. A reunião, teve início às dez horas e cinco minutos (10h05m), no formato presencial, na sede do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores da Aliança. Dando início a reunião, a Presidente do Conselho, Sra. Maria Selma Tavares Ribeiro apresentou a pauta daquele dia. E propôs: **1. Apresentação dos registros financeiros do mês de junho; 2. Informações sobre o Pró-Gestão; 3. Certificações.** A pauta foi colocada em votação e foi aprovada unanimemente. Em seguida foi registrada a presença da Presidente Executiva do AliançaPrev para participar da reunião. A Presidente do Conselho, Sra. Maria Selma, dando início a reunião indagou sobre as questões relacionadas ao financeiro, passando a palavra ao Sr. Jone A Presidente Executiva, saudando a todos em nome de sua equipe, informou que gostaria de incluir um ponto na pauta desta reunião. Com a anuência de todos, a Presidente Executiva, incluiu o recebimento do Ofício nº 010/2024 do Ministério Público de Pernambuco – MPPE. Colocado em aprovação a inclusão do item na pauta, foi aprovado por todos. Dando prosseguimento à reunião, a Presidente do Conselho, ouviu do Sr. Jonielton. Saudando a todos, ele apresentou tanto os registros do mês de maio e uma pequena previsão das despesas do mês de junho, mesmo ainda não fechada a competência. Fez um breve relato e apresentou os seguintes dados sobre maio: Receita Total foi de R\$ 2.604.878,84 (dois milhões, seiscentos e quatro mil, oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e quatro centavos) e Despesa Total foi de R\$ 2.524.919,98 (dois milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, novecentos e dezenove reais e noventa e oito centavos). Como se observa, não houve necessidade de resgates de valores para cobertura dessas despesas, neste período. Afirmou que os detalhes seriam repassados através das informações que o Conselho Fiscal encaminharia todos os meses para este Conselho Deliberativo. Sobre a estimativa para as despesas do mês de junho, têm-se em conta que a despesa seria em torno de dois milhões e meio, ou um pouco mais não chegando a dois milhões e seiscentos porque essa tinha sido a média de gastos registrados até o momento. Agradecendo, a Presidente do Conselho ainda perguntou se a necessidade de resgate dos investimentos, no mês de maio, foi alta. Respondendo, ele disse que foi substancial, mas que houve um bom rendimento no mês, se comparado aos demais meses anteriores a esse resgate. Reforçou, dizendo que era importante observar desde essa perspectiva e não apenas da diminuição do volume de recursos aplicados. Aquiescendo com a cabeça, ela revelou que entendeu

Maria Selma Tavares Ribeiro  
Jonielton  
Jone A  
2024

seu ponto de vista e que estava aguardando o documento que viria do Conselho Fiscal com maiores detalhes, liberando-o da reunião, pois ele teria outras rotinas a cuidar. Passando a palavra para a Presidente Executiva do ALIANÇAPREV, indagou sobre as concessões de benefícios do mês, recebendo a resposta de que houvera três benefícios previdenciários concedidos no mês de maio, sendo duas aposentadorias e uma pensão previdenciária. Prosseguindo, a Presidente do Conselho, indagou se havia alguma outra notícia sobre a notificação do MPPE, tratado na Ata do mês de maio, obtendo a resposta que não se tem notícias de fatos novos sobre o assunto. Continuando, solicitou que a Presidente Executiva do ALIANÇAPREV, expusesse sobre o andamento dos trabalhos do Pró-Gestão, indagando se haviam documentos a serem aprovados naquela reunião. Pontuou que tinha em conta que nas diversas reuniões em que participou a empresa de assessoria para tal fim, a moça tinha dito que haveria sempre documentos a serem apresentados. Tomando a palavra, a Sra. Clécia, disse que, nesta competência não havia documentos do Pró-Gestão a serem apresentados, de forma obrigatória. Continuando sua fala, a Executiva disse que estava lembrada da apresentação da avaliação atuarial e indagou qual a melhor data teriam para a apresentação ou se aproveitariam a data da próxima reunião de Conselho. Sobre as certificações, estava ali lembrando da responsabilidade de todos com a próxima data de trinta e um de julho, pois todos já tinham ciência que seria o prazo máximo para envio das certificações ao MPS através do Cadprev e que a partir do dia primeiro de agosto seria o primeiro batimento com um novo critério sobre essa responsabilização com a gestão dentro do CRP. Citou a si própria que faria a prova em julho e mencionou a Presidente do Conselho Fiscal, Sra. Delazy que havia feito a prova e passado neste mês de junho. Ainda teriam oportunidade de participar de treinamentos, além daqueles que já haviam sido oferecidos e que até lá, todos, inclusive os dirigentes deveriam se esforçar para se certificarem e evitar mais uma irregularidade no CRP. Finda sua fala, pediu para se retirar e deixar todos a vontade para que procedessem as discussões e concluíssem a reunião. Agradecendo a participação, a Presidente do Conselho deu continuidade aos trabalhos, primeiro solicitando de todos a atenção sobre as certificações e pedindo um maior esforço porque eram pouco, mas somente um, estava certificado e o ideal eram todos, apesar de só está sendo obrigado a ser cumprido por dois, dos três que compõem o Conselho. Todos entenderam a mensagem e, em seguida, passaram à leitura dos documentos financeiros encaminhados pelo Conselho Fiscal. Lido, relatado, posto em votação e aprovado, confabularam entre si por alguns minutos e deram início ao protocolo de encerramento da reunião e assinatura da Ata. A reunião encerrou-se às onze horas e quinze minutos (11:15h), assinando-se este documento, tornando-o oficial perante todos os órgãos de controle e fiscalização previdenciária. Eu, Evaneide Cunha de Medeiro Melo, lavro a referida ATA, que vai por mim assinada e pelos demais membros.

Maria S. Santos

S. S.

S. S.

S. S.

S. S.

Participantes:

**CONSELHO DELIBERATIVO**

Maria Selma Tavares Ribeiro – PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO

Ass. Maria Selma Tavares Ribeiro

Evaneide Cunha de Medeiro Melo – MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Ass. Evaneide Cunha de Medeiros Melo

Maria José Feliciano Batista – MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Ass. Maria José Feliciano Batista Santos

**Participação extraordinária:**

CLÉCIA RIBEIRO DIAS BEZERRA – Presidente Executiva do ALIANÇA PREV

Ass. Clécia Ribeiro Dias Bezerra

Jonielson Cássio da Silva – Diretor Financeiro

Ass. Jonielson Cássio da Silva